

# Ação contra o nepotismo

A contratação de parentes por funcionários da alta cúpula do Senado levou parlamentares a defenderem a aprovação de medidas contra o nepotismo e até mesmo a demissão dos apadrinhados.

Esses servidores ingressaram no Senado via "trem da alegria" e foram efetivados pela Constituição de 88. Hoje, eles ocupam cargos de chefia e empregam mulheres, maridos, filhos, irmãos e agregados com salários que podem chegar a R\$ 10 mil em cargos de confiança, sem concurso público.

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC),

defendeu a realização de concursos públicos, mas ponderou que esses funcionários não podem ser discriminados pelos seus sobrenomes. "Prefiro a opção dos concursos que acabariam com esse expediente das nomeações." O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), defendeu a demissão dos apadrinhados.

## ■ Clã

O Senado abriga em sua burocracia verdadeiros clãs encabeçados pelos beneficiados pelo "trem da alegria". Há casos de famílias inteiras acomodadas na Casa, como a da secretária-geral da Mesa,

Cláudia Lyra, que tem duas filhas, duas irmãs e o cunhado empregados ali. Quando assumiu a presidência do Senado, em 1985, José Fragelli (MS), já morto, espantou-se com o que encontrou. "O Senado é um loteamento familiar", disse. Até 1988, não havia obrigatoriedade de concurso. Com a Constituição, os funcionários já existentes foram efetivados. Ao assumir a presidência da Casa pela primeira vez, em 1995, José Sarney (PMDB-AP) suspendeu concursos e aumentou o quadro de comissionados. Só houve novos concursos em 1998 e outro em 2000.